



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

105
(05)

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 330514-4 – Recife

Impetrante: José Alves de Lima

Defensor Público: Cristina Sakaki

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público

Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº. 330514-4 – Recife

Recorrente: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Recorrido: José Alves de Lima

Defensor Público: Cristina Sakaki

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. MANDADO DE SEGURANÇA. DEFERIMENTO DE LIMINAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO DE PLANO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO INDISPENSÁVEL. EXELON PATCH. REGISTRADO NA ANVISA. PACIENTE CARENTE. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Preliminar de ausência de prova pré-constituída, rejeitada. O laudo e a prescrição médica da Dra. Lúcia Cristiane Leite de Araújo (CRM 8639) são atualizados, atestando a necessidade da aquisição do Exelon Patch, conforme o receituário de fls. 28, secundado pela declaração de fls. 25, atestando a intolerância da paciente ao medicamento em cápsulas e solução oral, por si só já se constitui prova materializada *juris tantum*, que não foi elidida pelo impetrado de forma cabal, pois ali está contido o medicamento indicado para o tratamento, além de dosagem e fórmula para aplicação.

2. Impetrante, idoso, pobre na forma da lei, é portador de demência, CID 10, comprovada a recusa da Secretaria de Saúde em fornecer o medicamento, através do Ofício nº 4166.1/2013, secundado pela Nota Técnica GAJ/GGAJ/SES Nº 1356/2013 (fls. 29/30), com a conclusão que o medicamento não é fornecido gratuitamente pelo SUS. Acerca da imprevisão do medicamento na lista de fornecimento gratuito do SUS, é preciso se objetar que as normas administrativas não podem se sobrepor aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.

3. Infirmado o argumento recursal do Estado em torno da falta de prova preconstituída da necessidade de ministração desse medicamento, vinda de um profissional habilitado, não é aleatória, mas consentânea com realizações científicas prévias indicativas de êxito da profilaxia nessas condições. Esperar uma declaração literal garantindo 100% de certeza de sucesso do procedimento seria, no mínimo, antiético, além de juridicamente insustentável, posto que a obrigação do profissional da saúde é de meio, não de fim.

4. No que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos aduzidos pela impetrante, é de se ressaltar que a mesma se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde, a qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros.

5. A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(05)

6. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais. Tratando-se a lide em apreço do direito à manutenção da saúde, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do tratamento em apreço e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do impetrante em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por meio de dispositivo constitucional.
7. Súmula nº 18 desta Corte de Justiça: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial", posicionamento que se coaduna com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
8. Quanto a alegação da impossibilidade de fixação de multa contra o agente público, equivoca-se o impetrado, já que não há no presente *mandamus* nenhuma condenação ao agente público. A cominação da multa foi aplicada em conformidade ao § 5º, do art. 461, do CPC, não havendo nenhuma ilegalidade na sua aplicação, uma vez que busca dar a efetividade a sua natureza inibitória.
11. À unanimidade, concedida a segurança pleiteada, prejudicado o Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 330514-4, nos termos do art. 74, VIII do Regimento desta Corte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 330514-4, acima referenciado, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conceder a segurança, prejudicado o Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 330514-4, nos termos do art. 74, VIII do Regimento desta Corte, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 28 de Março de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(05)

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 330514-4 - Recife

Impetrante: José Alves de Lima

Defensor Público: Cristina Sakaki

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público

Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº. 330514-4 - Recife

Recorrente: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Recorrido: José Alves de Lima

Defensor Público: Cristina Sakaki

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

José Alves de Lima impetra o vertente Mandado de Segurança repressivo, com postulação de liminar, em detrimento de ato **Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, consistente na negativa de medicamento.

O impetrante é portador de demência, CID 10, segundo consta em laudo médico de fls. 27, subscrito pela geriatra que a acompanha, a Dra. Lúcia Cristiane Leite de Araújo, e vinha-se tratando com o fármaco **Rivastigmina**, inibidor da acetilcolinesterase, ministrado por via oral.

Segundo a profissional da saúde consultada, após o uso do medicamento supracitado, a impetrante apresentou reações adversas, o que recomendaria a utilização do Exelon Patch, fármaco que possui o mesmo princípio ativo, contudo, inoculado por **via transdérmica** (adesivo).

Munido da prescrição médica indicando o Exelon Patch, mas incapaz de adquirir o medicamento, de alto custo, a impetrante dirigiu-se à Secretaria de Saúde do Estado, no afã de receber, gratuitamente, o fármaco prescrito. Todavia, em resposta ao requerimento, o órgão remeteu o Ofício nº 4166.1/2013 (fls. 29-30), manifestando a negativa do fornecimento, em razão da ausência de previsão do medicamento nas listagens do SUS, que contemplam, por outro lado, o medicamento em cápsulas e solução oral.



95
d

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(05)

Diante da recusa da autoridade coatora, a impetrante manejou o presente *mandamus*, no qual colima, inicialmente, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950.

Em seguida, pugna pela concessão de liminar, a fim de que se determine à autoridade coatora o fornecimento urgente do medicamento, e, ao fim, pela concessão da segurança, confirmando-se a medida e condenando-se o Estado nos ônus sucumbenciais.

Em pronunciamento exordial (fls. 37/41), esta Relatoria deferiu a liminar perseguida, sendo interposto Agravo Regimental (fls. 78/88) pendente de julgamento.

Informações do Impetrado (fls. 60/69), alegando, preliminarmente, ausência de prova pré-constituída, e, no mérito, a ausência de direito líquido e certo, uma vez que a apresentação via transdérmica do medicamento rivastigmina não consta das listagens oficiais de dispensação gratuita, disponibilizando o galantamina e donezepila e que a concessão pelo Judiciário de medida administrativa importa em violação ao princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), além da inobservância ao art. 37, XXI, caput da CF, segundo o qual as compras efetuadas pelo poder público dependem prévia dotação orçamentária. Sustenta que, em saúde pública, impera a reserva do necessário, não se podendo exigir, do Poder Público, a disponibilidade de todo tipo de medicamento, sob pena de prejudicar os demais usuários do sistema, violando o princípio da isonomia.

Por fim, defende a impossibilidade de fixação de multa contra o agente público e da desnecessidade de cominação de multa diária e da imprescindibilidade de fixação de prazo razoável.

A douta Procuradoria Geral de Justiça, em parecer exarado às fls. 85/88, opinou pela concessão da segurança.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

107
(05)

Grupo de Câmaras de Direito Público
Mandado de Segurança nº. 330514-4 – Recife
Impetrante: José Alves de Lima
Defensor Público: Cristina Sakaki
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público
Agravado Regimento em Mandado de Segurança nº. 330514-4 – Recife
Recorrente: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Recorrido: José Alves de Lima
Defensor Público: Cristina Sakaki
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO - preliminar de ausência de prova pré-constituída

Alega o impetrado a ausência de prova pré-constituída por inexistir prova acerca da eficácia do tratamento pretendido, sob o argumento de que não foi acostado qualquer documento que ateste que o medicamento guerreado é a única forma eficaz de combate à doença que sofre o impetrante, sendo juntado tão somente um receituário médico.

Ora, a prescrição médica acostada aos autos por si só já se constitui prova materializada *juris tantum*, que não foi elidida pelo impetrado de forma cabal, pois ali está contido o medicamento indicado para o tratamento, além de dosagem e fórmula para aplicação.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar em apreço.

Recife, 28 de 11/10 de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

108
(05)

Grupo de Câmaras de Direito Público
Mandado de Segurança nº. 330514-4 - Recife
Impetrante: José Alves de Lima
Defensor Público: Cristina Sakaki
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público
Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº. 330514-4 - Recife
Recorrente: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Recorrido: José Alves de Lima
Defensor Público: Cristina Sakaki
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO - MÉRITO

Como se presta ao amparo de direito líquido e certo, segundo se deflui do artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal e do artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, o processamento mandamental requer a preconstituição da prova.

De fato, o laudo e a prescrição médica da Dra. Lúcia Cristiane Leite de Araújo (CRM 8639) são atualizados, atestando a necessidade da aquisição do Exelon Patch, conforme o receituário de fls. 28, secundado pela declaração de fls. 25, atestando a intolerância da paciente ao medicamento em cápsulas e solução oral.

Também se encontra comprovada a recusa da Secretaria de Saúde em fornecer o medicamento, através do Ofício nº 4166.1/2013, secundado pela Nota Técnica GAJ/GGAJ/SES Nº 1356/2013 (fls. 29/30), com a conclusão que o medicamento não é fornecido gratuitamente pelo SUS.

Acerca da imprevisão do medicamento na lista de fornecimento gratuito do SUS, é preciso se objetar que as normas administrativas não podem se sobrepor aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados. Nesse sentido, colaciono precedente do STJ, *in verbis*,

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO. CÂNCER. DIGNIDADE HUMANA. 1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(05)

políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento. Precedentes: RMS 17449/MG DJ 13.02.2006; RMS 17425/MG, DJ 22.11.2004; RMS 13452/MG, DJ 07.10.2002. 2. (omissis) 3. (omissis) 4. **As normas burocráticas não podem ser erguidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte do cidadão carente, em especial, quando comprovado que a medicação anteriormente aplicada não surte o efeito desejado, apresentando o paciente agravamento em seu quadro clínico.** Precedente: RMS 17903/MG Relator Ministro CASTRO MEIRA DJ 20.09.2004. 5. Recurso ordinário provido. (STJ, RMS 20335/PR. Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma. Julgado em 10/04/2007, publicado em 07/05/2007 - grifei).

A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e **recuperação** (CF/1988, art. 196).

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

[...]

d) de **assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica**. (Lei nº 8.080/1990).

Discute-se, pois, sobre a premência do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, diante da comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de custeá-lo.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos.

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador,



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

110

(05)

assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Advirta-se que, em nosso País, o direito à existência digna é refletido, entre outros aspectos, pela obrigação atribuída ao Estado de realizar ações integradas destinadas a assegurar a prestação dos direitos inerentes à saúde, à previdência e à assistência social, incluídas, nesse contexto, ações que garantam acesso universal igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme Lei nº 12.016/2009, para a concessão da segurança.

Outrossim, a **Súmula nº 18** desta **Corte de Justiça** dispõe que "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Verifica-se, também, que as demandas que têm por escopo a referida garantia constitucional à saúde, vêm obtendo uma maior atenção dos julgadores, inclusive, o Supremo Tribunal Federal vem corroborando o posicionamento, confira-se:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. ACÓRDÃO QUE MANTEVE DEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA. SÚMULA 735 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 540982 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 07/04/2009, DJe-084 DIVULG 07-05-2009 PUBLIC 08-05-2009 EMENT VOL-02359-07 PP-01263) PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

011

(05)

representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. **A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.** - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR.** - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. (grifei) **Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER.** - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes. (RE- AgR 393175; relator: Min. CELSO DE MELLO; julgamento: 12/12/2006).

Acórdãos do STF no mesmo sentido: RE-Ag 271286 e RE 273834 AgR.

Quanto a alegação da impossibilidade de fixação de multa contra o agente público, equivocava-se o impetrado, já que não há no presente *mandamus* nenhuma condenação ao agente público.

No que se refere à desnecessidade de cominação de multa diária e da imprescindibilidade de fixação de prazo razoável entendo que a cominação da multa foi aplicada em conformidade ao § 5º, do art. 461, do CPC, não havendo nenhuma ilegalidade na sua aplicação, uma vez que busca dar a efetividade a sua natureza inibitória.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

112
v

(05)

Conforme jurisprudência do STJ, a previsão de multa cominatória ao devedor na execução imediata destina-se, de igual modo, à Fazenda Pública:

PROCESSO CIVIL. OBRIGAÇÕES DE FAZER E ENTREGAR COISA. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. CABIMENTO, INCLUSIVE CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. 1. **É cabível, mesmo contra a Fazenda Pública, a cominação de multa diária (astreintes) como meio executivo para cumprimento de obrigação de fazer (fungível ou infungível) ou entregar coisa.** Precedente da 1ª Seção: EREsp 770969/RS (1ª Seção. Min. José Delgado, DJ 21.08.2006). 2. Recursos especiais a que se dá provimento (REsp 893.041/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 5/12/2006, DJ 14/12/2006 p. 329)

Diante do exposto, voto no sentido de concessão da segurança pleiteada, tornando definitiva a liminar concedida, prejudicado o Agravo Regimental em Mandado de Segurança 330514-4, nos termos do art. 74, VIII do Regimento desta Corte.

Recife, 28 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator